

NOTAS SOBRE A DINÂMICA ECONÔMICA RECENTE EM ÁREA PERIFÉRICA : As mudanças na estrutura produtiva do Maranhão

Resumo. A presente comunicação realiza uma análise exploratória sobre o crescimento econômico do Maranhão nas últimas décadas e as mudanças ocorridas na estrutura produtiva na economia local. Neste sentido as séries históricas das contas nacionais (IBGE) foram úteis e indispensáveis. Na pesquisa se procura também detectar a dinâmica dos diferentes setores e atividades econômicas ao longo destas décadas (1985/2010), bem como ação dos diferentes agentes (governo e grandes empresas) que estão por trás deste processo de desenvolvimento econômico e suas implicações socioeconômicas. Ressalta-se ainda a opção que o Governo do Estado do Maranhão faz no sentido de atrair grandes projetos a economia local.

Palavras-chave crescimento econômico; estrutura produtiva; Maranhão.

Abstract

This communication performs an exploratory analysis on the economic growth of Maranhão in recent decades and the changes in production structure in the local economy. In this sense the historical series of national accounts (IBGE) were useful and indispensable. In the research also seek to detect the dynamics of different sectors and economic activities over the intervening decades (1985/2010), as well as action of different actors (government and large companies) who are behind this process of economic development and their socioeconomic implications. It is also noticed the option that the state government of Maranhão is doing to attract large projects to the local economy.

Keywords: economic growth; production structure Maranhão.

Autor - Benjamin Alvino de Mesquita.

Filiação institucional - Universidade Federal do Maranhão; Professor do Departamento de Economia e dos Programas de Políticas Públicas e de Desenvolvimento Socioeconômico.

Endereço: Residencial Anil, bloco 13, apto. 304 Bairros Anil. CEP – 65045-185. São Luís/ MA; e-mail: bamin@elo.com.br.

Eixo 4 Desenvolvimento Econômico

NOTAS SOBRE A DINAMICA ECONOMICA RECENTE EM AREA PERIFERICA : As mudanças na estrutura produtiva do Maranhão

1 INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, tendo como horizonte temporal o Projeto Grande Carajás (1985) quais as transformações ocorridas no Maranhão e que resultados concretos em termos de desenvolvimento econômico pode-se apresentar a economia local provenientes desta maior inserção na economia global, aqui sustentado por grandes projetos? Como se sabe o excedente produzido e gerado, mensurado em termos de PIB ou pelo crescimento das exportações atingiu somas significativas no Maranhão. No entanto observando o entorno essa distribuição e/ou apropriação não alcançou a maioria da população necessitada do estado. Assim uma boa questão é saber onde está ocorrendo essa apropriação e seus beneficiários e porque se deu desta forma monopolizada e centralizada e não de outra? O perfil econômico, demográfico, social e ambiental nada favorável que temos no estado do Maranhão é produto desta opção de desenvolvimento que privilegia uma minoria em detrimento da parcela mais significativa excluída deste processo,

Esse fenômeno de transformação em andamento no Maranhão, intensificada ultimamente com a maior inserção internacional não é específico do estado, mas aqui assume especificidade em razão da opção “realizada” pela elite mandante, na verdade, para mesma coisa é indiferente. Esse formato de “desenvolvimento” baseado em enclaves é imposto pelo governo federal a serviço dos interesses capitalistas. Portanto esses processos sócio-econômicos, espaciais e relações de trabalho que temos reflete a ação das forças de mercado e do Estado sob diferentes aspectos. Resultando daí um perfil de desenvolvimento socioeconômico que favorece uma minoria “ eficiente” e muito bem articulada com o poder e penaliza a maioria apática, desorganizada e despolitizada.

No Maranhão contemporâneo se explicita sem pudores aquilo que MARX, BRAUDEL, ARRIGHI chamava atenção para a compreensão adequada da reprodução ampliada do capital, que é a relação histórica, mas também atual, entre economia e política, e, como se constrói e mantém o controle da produção e da apropriação do excedente.

A característica essencial do capitalismo para BRAUDEL na sua longa marcha (*longue durée*) foi sua flexibilidade ilimitada, sua capacidade de mudança e de adaptação, isto é, o ecletismo, é aí que se percebe certa unidade e não as formas concretas por ele assumidas em diferentes lugares e épocas (ARRIGHI, 1994). Na visão nada convencional de Braudel capitalismo e economia de mercado não são a mesma coisa, segundo ARRIGHI, ELE (Braudel) encara a emergência e a expansão do capitalismo como absolutamente dependente do poder estatal, constituindo esse sistema na antítese da economia de mercado. (ARRIGHI, 1994, p10). Braudel concebe o capitalismo como uma estrutura formada por três camadas sobrepostas com uma hierarquia entre si. Penetra. Acima dela, se encontra a “*economia de mercado* com suas comunicações horizontais entre os diferentes mercados : aqui, uma certa medida de coordenação automática costuma ligar a oferta, procura e os preços “. E, por fim depois desta andar intermediário está a “*zona do antimercado* , dos predadores e vigora a lei da selva., este é o verdadeiro lar do capitalismo”. (ARRIGHI, 1994, p10)

No capitalismo para ele o controle sempre esteve nas mãos do grande capital, ou na camada de cima ou andar superior da economia, onde atuam com desenvolturas as grandes empresas, os grandes predadores, que controlam a parte importante do mercado e, portanto do excedente produzido. Isso é possível porque há associação de interesse entre o estado e a economia. Há uma promiscuidade essencial para o processo de acumulação capitalista é impossível pensar historicamente o avanço das forças produtivas sem essa muleta ou alavanca emprestado pelo estado.

“O capitalismo só triunfa quando identifica com o estado, quando é o estado!” Isso valia para o período pré-capitalista e também para atualidade, o exemplo atual deste conluio é a roda viva da dívida interna que privilegia o capital especulativo em detrimento de atividades produtivas geradora de emprego e renda e o controle dos investimentos do PAC por esse grupo do andar de cima.

2 ANTECEDENTES DA INTEGRAÇÃO PRODUTIVA E DA DESIGUALDADE

Até 1930, o mercado nacional brasileiro era pouco integrado, onde suas grandes regiões estavam voltadas para o comércio internacional de produtos agrícolas e sua indústria pouco diversificada, reflexa do setor primário e voltada para mercados regionais pouco capitalizados, com exceção de São Paulo, Rio de Janeiro e algumas cidades concentradoras de recursos exportáveis. Poder-se-ia afirmar que o país ainda estava num processo de transição de seu regime de trabalho – da escravidão para o trabalho assalariado – que embora o trabalho compulsório tenha se extinguido em 1888, a consolidação das relações capitalistas de produção só deu-se na segunda metade do século XX, tendo, principalmente o campo, vivido formas híbridas de trabalho livre, mas de caráter pré-capitalista, tais como a meação, colonato, aforamento (morador), etc.

A década de trinta também é o marco para o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pois ocorre a partir daquela década uma transformação estrutural importante, o fim de um ciclo – a crise da hegemonia agrário-exportadora – e o início de outro – o da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial – na economia brasileira. Trata-se, em suma, como bem afirmou Francisco de Oliveira, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distintos, que dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente. Neste contexto, alguns aspectos passam a desempenhar um papel de enorme significação.

A crise do capitalismo nos anos 30, e o capitalismo numa encruzilhada, marca o período de transição de um padrão de acumulação fundado na agricultura de exportação – o café – para outro voltado à substituição de importação (SI) com ênfase na indústria. A literatura econômica fala de uma transição de um modelo liberal, agrário exportador para um urbano industrial intervencionista, o governo em todo mundo capitalista, começando pelo Estados Unidos, adota uma postura ativa, onde o planejamento e os investimentos governamentais assume papel relevante na recuperação do capitalismo. Essa mudança de paradigma tem enorme repercussão no desenvolvimento dos países até os anos setenta. A política econômica adotada de cunho keynesiana embora no Brasil se direcione fundamentalmente para a industrialização e setores urbanos indiretamente também incentiva outras atividades e integra também as áreas periféricas (Centro Oeste e Nordeste) ao centro hegemônico o Sudeste, essas áreas se integram via oferta de produtos agrícola – alimentos e matéria-prima.

Nesta função o maranhão cumpre um papel importante até os anos sessenta fornecendo arroz aos centros urbanos a custos baixos. A produção deste alimento, cresce robustamente até 1982 sem incentivo algum, a base do trabalho de

posseiro parceiros e pequenos proprietários instalados na fronteira agrícola local..Entre os anos de 1970 e 1985, incorpora-se ao processo produtivo via incentivos fiscais,as grandes empresas agropecuárias com objetivo de moderniza a agricultura local .sem sucesso, os recursos foram para pecuária de corte e a modernização ,via a revolução verde não chegou ao maranhão,mas alcançou outro objetivo a privatização,de áreas devolutas e conseqüentemente concentração da terra e da renda.

2.1 Aspectos pontuais das mudanças contemporâneas no Maranhão.

A inserção do Maranhão no quadro do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, primeiro induzido Estado depois sob a batuta do mercado, não se deu de forma generalizada, o desenvolvimento das forças produtiva ainda é modesta, localizada e pontual e, portanto pouco fez para mudar qualitativamente o padrão de vida de forma continuada e nem equilibradamente a maioria da população. Isso se constata analisando algumas variáveis importantes como aquela relacionada à dinâmica social,demográfica e a econômica,trata-se na verdade de um desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente insustentável.

O crescimento econômico contemporâneo calçado nos grande projetos não conseguiu reverter o quadro de atraso em que se encontra o estado a gerações. Embora sem duvida mudanças importantes venham ocorrendo com a alteração da matriz produtiva da economia

O século xxi é um período de transição demográfica no maranhão ,nota-se que entre as décadas de 1980 e 2000 o contingente urbano foi paulatinamente superando o rural e também ocorreu uma queda na taxa de crescimento da população .Isso tem um significado importante por que interfere em inúmeras variáveis e atividades econômicas, significa menor população no campo e crescimento do mercado urbano,maior demanda por alimento e matéria prima na oferta por bens e serviços coletivos – educação,saúde habitação e saneamento básico.

A população do Maranhão atual é de aproximadamente seis milhões (6.000.000) de habitantes, que representa 12% do Nordeste e 3,3% do Brasil. Esse contingente populacional encontra-se numa área aproximada de 332 mil/km, ou seja, 21,4% da área do Nordeste e 3,9% do Brasil. Em 2000, a população urbana perfazia 59% da população total contra 41% da população rural. Entre 1970 e 2002 a população maranhense cresceu cerca. de 2,1% ao ano, contra 1,74% do Nordeste e 2% aproximadamente do Brasil. Essa taxa é bem menor tomando dados mais recentes do IBGE, entre 1985 e 2004, que declina para 1,64%, mas ainda superior a taxa do Nordeste de 1,45% ao ano, no mesmo período. Pelos dados agregados podemos notar que a taxa de crescimento da população maranhense vem declinando ao longo destes anos, embora em termos relativos sua participação frente ao Nordeste permaneça constante, cerca de 11,5%, mesmo assim a urbanização maranhense continua sendo a menor do país.

Inúmeros fatores respondem pelo aumento do crescimento dessa população urbana e pela mudança do perfil demográfico do Maranhão.. Os principais fatores são: aumento da migração campo-cidade, devido à concentração da terra e da renda; a desarticulação da pequena produção de alimentos básicos e do extrativismo do babaçu; a ineficácia das políticas agrícolas – notadamente as voltadas para a agricultura familiar; a expectativa de emprego gerada pelo Programa Grande Carajás na década de 1980; a ausência de políticas públicas voltadas ao atendimento de demandas básicas – saúde/educação – para a área rural.

O abandono secular em que se encontra essa parcela populacional do campo favoreceu o aparecimento de dezenas de médias cidades, principalmente no eixo do corredor da Ferrovia Carajás e do agronegócio. O crescimento destes núcleos urbanos, se de um lado, criou um mercado consumidor importante, antes insignificante, para inúmeros produtos que favorece o incremento do comércio e de serviços nestes locais; por outro, trás problemas de insuficiência de oferta tanto no plano das demandas coletivas – educação, saúde, segurança, habitação – quanto no aspecto do emprego, apesar do declínio da taxa de crescimento, geração de emprego0taxa0 sempre esteve abaixo desta taxa de crescimento.

No que toca à questão social, percebe-se que as altas taxas de crescimento da economia maranhense dos anos recentes e as promessas de desenvolvimento baseada na introdução do grande capital no campo e na industrialização – que estar por vir – constantemente apregoada pela classe dominante e pelo governo de plantão ao longo dos últimos 40 anos, não têm dado cabo e muito menos de estabilizar a “miséria” que campeia essa população sem qualificação e excluída deste crescimento econômico. Ao contrário, o modelo econômico vigente tem sido padrasto da maioria da população, especialmente a rural, e dentre desta os grupos que formam os povos e comunidades tradicionais, como os agroextrativistas, quilombos, indígenas, pescadores artesanais, etc. A concentração da renda e da terra continua alarmante, assim como todos os demais indicadores sociais, tais como os índices de analfabetismo; esgotamento sanitário; acesso a energia e a coleta de lixo; esperança de vida; etc. As pesquisas e índices sobre o nível de desenvolvimento humano (IDH), exclusão social, degradação ambiental realizados pela ONU/IPEA e Universidades desde a década de 1990, demonstram o quadro de carência e de desigualdade em que se encontra a população.

Uma rápida passagem pelos indicadores sociais relacionados ao Maranhão nos dá uma real posição, aliás, muito desconfortável do produto que resultou essa forma de desenvolvimento ao longo destas últimas décadas. É verdade que quase todos os dados relacionados a tal perfil têm alterado para melhor ao longo do período, mas a questão é que também outros estados da federação esse movimento ascendente também vem ocorrendo o que nos coloca em termos relativos num lugar de final de fila. É preocupante, pois dados recentes apontam para uma crise social generalizada no Maranhão.

Um dos principais indicadores de crise social é o IDH, em 2002, o Maranhão possuía um índice de 0,637 contra 0,687 do Nordeste e 0,767 do Brasil. O índice maranhense representa a pior posição, apesar de ter ocorrido uma substantiva melhoria entre 1970/2002, um crescimento de 61%. O índice de Gini que mede a desigualdade subiu de 0,60 para 0,70, entre 1991 e 2000. Se nos detivermos à expectativa de vida ao nascer, em 2002, para o Maranhão era de 65 anos contra 66 do Nordeste e 69,4 do Brasil. A respeito dos índices educacionais, o nível de alfabetização, isto é, percentual de pessoas com mais de 15 anos alfabetizadas, o Maranhão detinha 64%, contra 77% do Nordeste e 89,6% do Brasil. Soma-se a isto, a média de estudo da força de trabalho é baixíssimo era de 2,8, em 1991, passando para 4 anos em 2000. O número de pessoas em curso superior (o Maranhão conta com 2 universidades públicas – 1 federal e uma estadual – e 18 particulares) é insignificante, 60 mil.

Há que se destacar que a desigualdade expressa pelo índice de pobreza extrema ou de indigência (abaixo de U\$ 1 em 2000) era de 30%, contra 24% do Nordeste e 12,9% do Brasil. Os 30% do Maranhão representam 1.800.000 pessoas (Hum milhão e oitocentas mil). É o estado da federação com maior índice de indigência. Na chamada Linha da Pobreza há 86 municípios, isto é, aproximadamente, 4,8 milhões

de pessoas. No entanto a proporção de pobres os quais utilizam programas sociais dos governos caiu entre 1991 e 2000, cerca de 11%.

Quanto à distribuição e concentração de renda ela se intensificou entre 1991 e 2000. Em 1991 os 20% mais pobres detinham 2,9% da renda; em 2000 se apropriavam apenas 1,2%. Já os mais ricos detinham 2/3 da renda, isto é, 64%, passando a deterem em 2000 69% da renda gerada no estado.

Um importante indicador usado na economia para mensurar o nível de desenvolvimento alcançado é a renda per capita. Sem dúvida, ultimamente é o indicador que mais cresceu, isso decorreu da taxa de crescimento da população e do desempenho favorável das *commodities*.

A taxa média de crescimento da renda per capita do Maranhão entre 1985/2004 foi de 2,8% ao ano, bem superior a do conjunto do Nordeste que foi de 1,72% ao ano e continua a crescer desta forma superior. Contudo, outros estados do Nordeste e de outras macro-regiões do país também tiveram taxas importantes de crescimento em igual período. Ou seja o diferencial só declina se a taxa continuara crescer acima dos demais

Em resumo, apesar do vigoroso crescimento (pós 2005) a renda per capita do Maranhão é 4/5 da renda do Nordeste e em torno de 1/3 da renda brasileira, Mas, o que mais nos preocupa, é que neste cenário recente de crescimento acelerado nos últimos anos, a economia maranhense está sendo impulsionada, sobretudo pela dinâmica externa vulnerável a bruscas oscilações e tem como base de sustentação apenas três commodities soja e os minérios de ferro e alumínio. As atividades internas que poderiam a curto ou médio prazo alavancar um crescimento econômico sustentável e compatível com a imensa parcela da população, a exemplo, de uma agricultura familiar moderna, uma agroindústria integrada e o turismo não estão sendo estimuladas. Pelo menos não há investimento que dê visibilidade de uma maior taxa de crescimento destes setores no cômputo geral da economia maranhense.

Assim sem uma taxa de crescimento econômico alto e sustentável por décadas a fio, o Maranhão terá imensa dificuldade de superar o fosso existente com os demais estados da Federação e mesmo com os principais do Nordeste.

3 A DINÂMICA CONTEMPORANEA DAS TRANSFORMAÇÕES E AO GRNADES PROJETOS .

Uma questão fundamental a ser lembrado inicialmente desta dinâmica recente é que a mesma, ou seja, o padrão de desenvolvimento baseia-se em grandes projetos, enclaves, desvinculados com questões locais

A década de 1980 representa uma guinada importante para a economia do Maranhão, porque abandona um padrão de desenvolvimento anterior baseado nas atividades primárias, numa agropecuária arcaica, pré-capitalista e empreendimentos comerciais e industriais com baixíssima produtividade, por outro padrão, baseado em grandes empresas capitalista incentivadas pelo PGC.

Nesta fase pré-Carajás prevalece mini e pequenas empresas intensiva de mão-de-obra, de baixa produtividade, voltadas a bens de consumo popular (alimentos e bebidas) e atuando localmente e outras atividades do setor primário onde sobressai três sub-setores, também pré-capitalistas

(a)A agricultura de substância (agricultura familiar no linguajar de hoje)

(b)O extrativismo do babaçu .

(c)A pecuária extensiva incentivada pela SUDAM e SUDENE

Excetuando a pecuária de corte, a importância de A e B deve-se, sobretudo ao papel social e de segurança alimentar que proporciona a um continente enorme de trabalhadores não qualificados. Esse modelo se esgota nos anos 80.

Se nos anos oitenta é o ocaso da agricultura familiar e suas sub-atividades relacionadas, a década também representa o marco de uma “nova era de desenvolvimento” ou a era Carajás, baseado na industrialização do estado que veria em decorrência do funcionamento dos projetos a pleno vapor dos megas –projetos inseridos no Programa Grande Carajás. Por fim na década de 1990 aparece uma outra atividade do atual perfil econômico, a produção de grãos no Sul e Nordeste do estado e a monoculturas de eucalipto (MESQUITA, 2009)

Grosso modo, pode-se afirmar que apesar de todo alarde do passado e do presente, a economia do Maranhão continua modesta e ainda insignificante mesmo tendo como parâmetro o Nordeste que reconhecidamente é uma região periférica e como tal com indicadores abaixo da média nacional que também não é lá essas coisas. .

A razão disso se encontra na estrutura produtiva dominante que é produto das intervenções passadas, do estado e da iniciativa privada. Esquemáticamente a estrutura produtiva é formada por dois grandes blocos. De um lado, as grandes estruturas oligopolistas formada por algumas dezenas de empresas capitalistas, intensiva de capital, voltada a exportação, com pouca agregação de valor nos seus produtos e localizada na capital e no corredor da estrada de ferro Carajás., ou seja, o andar de cima aquele que dá as cartas e decide o rumo e o ritmo de acumulação a ser perseguido nesta ou naquela atividade, região ou país.

No outro lado, o da não-economia, o andar de baixo se encontra a economia real do Maranhão, a parte pré-capitalista, numerosos, mas acéfala, afundando no pântano da miséria. Entre essa duas há outra intermediária, associada à elite política que sugam as tetas do erário público de forma desvergonhada, e também apanha as migalhas da orgia comandada pela o grande capital, ou seja, as prestadoras de serviços formada por pequenas e médio e empresas onde prevalece formas mistas de organização da produção (MESQUITA, 2009)

Do ponto de vista da articulação econômica ou da divisão do trabalho e/ou de integração de mercado é possível delimitar o movimento que se faz entre as áreas mais dinâmicas e a economia local. Da década de cinquenta até os anos setenta, o Maranhão, é um mero supridor de alimento (arroz). A produção de alimento cresce consideravelmente neste intervalo, em 1982 atinge seu pico máximo, depois passa por uma crise sem precedência, que só se reverte no século atual (pós 2002).

Na era Carajás não muda esse quadro secundário, de mero exportador de matéria-prima, a diferença é que agora além da soja somos grande supridores de *commodities* minerais (MESQUITA, 2009B, 2010)

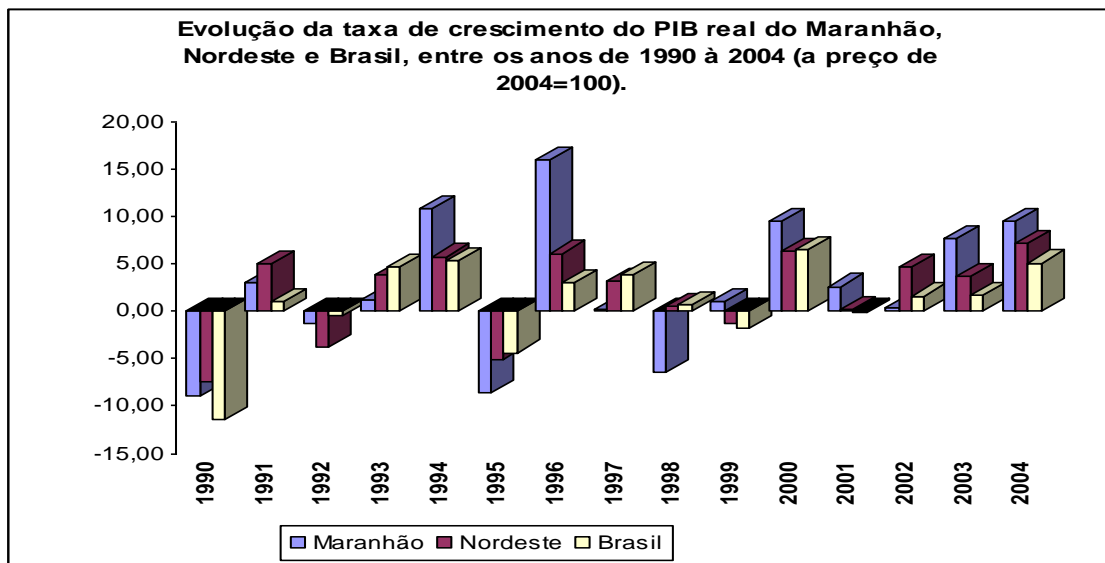
Essa articulação-interna/externa se deu a partir de gordos subsídios às grandes empresas comerciais, industriais e agropecuárias objetivando modernizá-las, atraí-las *as zonas de sombras* de forma a gerarem demanda de insumos ao pólo dinâmico do capitalismo brasileiro. Os grandes investimentos do Carajás. Ao contrário do que se dizia, na época de implantação dos grandes projetos (hoje se repete o mesmo discurso) o Maranhão não se industrializou, não gerou emprego de qualidade e nem em quantidade, não atraiu outras empresas da cadeia produtiva do alumínio e do ferro, ou seja, esses megas empreendimentos voltados à exportação de *commodities* sob o ponto de vista da melhoria do padrão de vida proporcionou resultados pífios a economia local.

Com o projeto Carajás, a estrutura produtiva, arcaica, pré-capitalista, constituída por um enxame de pequenas empresas de fundo de quintal, passou por mudanças importantes e não poderia ser diferente. Por exemplo, entre 1985/2004, a

indústria assume maior relevância (ganhou sete pontos percentuais) e a agricultura declina sete ,apesar do crescimento geométrico da soja,pós-95 ,e no setor de serviço (comércio) muda em qualidade mas sua participação não é muito diferente do que há 25 anos

4 A DINAMICA DO CRESCIMENTO E A ESTRUTURA SETORIAL

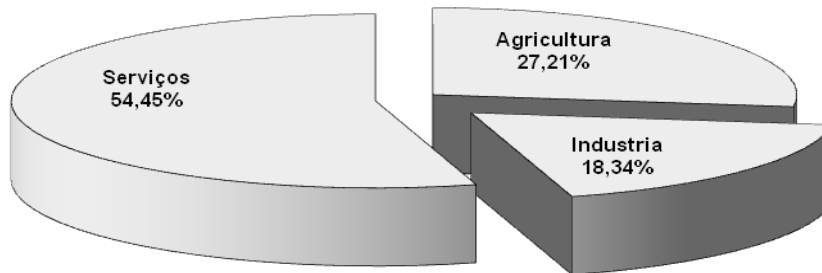
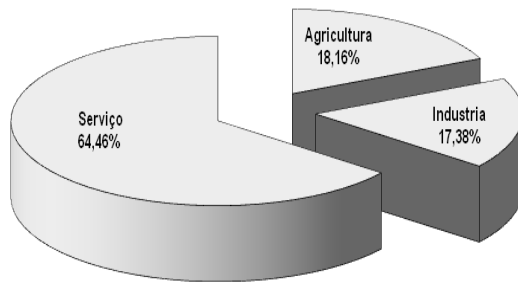
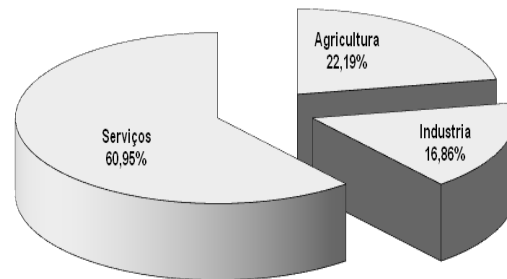
De 1980 aos dias atuais_o Maranhão cresceu a taxa superior a do Brasil do Nordeste, o que possibilita caso essa tendência seja sustentável em longo prazo alterar essa situação de calamidade vigente na sociedade local,onde as desigualdades são vexatórias sob qualquer aspecto social econômico ou ambiental.Entre 1970 e 2002, por exemplo, cresceu 4,2% ao ano (a.a), entre 1985/2004 passou para 4,5 % e mais recente (pós-2005) acima de 5%. (PAULA e MESQUITA ,2008).



Fonte: IBGE.

Uma questão relevante é identificar qual o setor econômico que comanda a mudança de perfil (agrário para o industrial extrativo) e que atividades respondem pela dinâmica das taxas?

Como um todo é o setor industrial (a parte extrativa) que possibilitou essa dinâmica, principalmente na década de 1980; em 1990, é o serviço que lidera essa performance, depois a indústria de transformação volta a sua posição de liderança. Entretanto, no horizonte temporal mais elástico (1985/2004), é o setor industrial, com 5,2% de crescimento ao ano (ou, mais precisamente, a indústria de transformação) quem dá (ou deu) a dinâmica da economia, em segundo lugar a agricultura (moderna das monoculturas e do carvão), em dois quinquênios (1990/95 e 2000/04) a taxa de crescimento (real) da agricultura foi respectivamente 3,2% e 10% ao ano, ou seja, mais do que a indústria e os serviços (MESQUITA,2008).

PIB do Maranhão por setores economicos em 1985.**PIB do Maranhão por setores economicos em 2004.****PIB do Maranhão por setores economicos em 2008.**

Fonte: IBGE.

Ou seja, a inserção no mercado globalizado beneficia grupos e segmentos, mas de forma pontual e se restringe, em particular, aos intensivos em capital; os demais (de caráter familiar), ao contrário, são prejudicados ou paralisados por essa lógica neoliberal que iguala segmentos diferentes, como a agricultura familiar (AF) e do agronegócio da soja e/ou pecuária empresarial. (Mesquita2006)

Percebe-se que em cada setor só algumas atividades tem peso relevante e nem sempre está na iniciativa privada e sim na pública. A mais importante continua sendo o grupo de administração pública e defesa e seguridade, depois vem agricultura, silvicultura e exploração vegetal; comércio e serviço e indústria de transformação.

Tomando como referência três momentos, um pré-Carajás (1985), isto é, antes do funcionamento dos enclaves, outro, de 1985- 2004, e um último, o segundo governo LULA era PAC, temos uma idéia da relevância de cada grupo de atividade neste interstício.

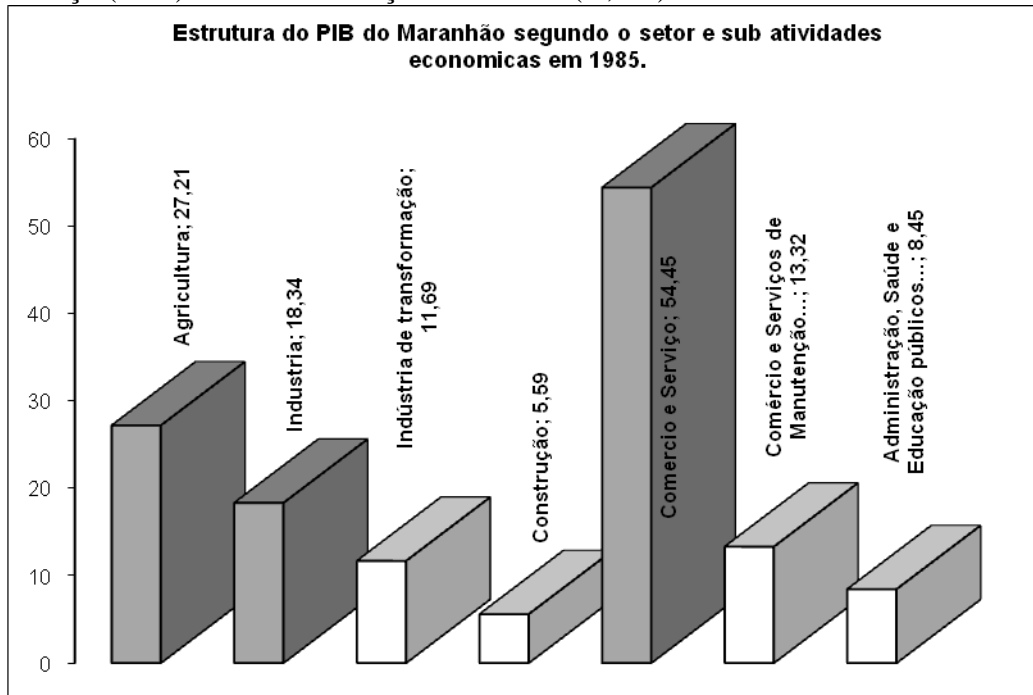
Era pré- Carajás (1985)¹

No setor industrial (18,5%) o destaque é para indústria de transformação 12% e a construção civil (6%)

Na agropecuária (27%) a dinâmica é dada pela agricultura temporária (6%) e a silvicultura e exploração vegetal (5%);

¹ Dados da serie antiga das contas nacionais. Já os dados de 2004 e 2008 são da serie recente revisadas, o que não permite grandes comparações em função de mudança na metodologia.

No setor de serviços e Comercio (54,5%) é o setor publico ADU (15%) ,o comercio e serviço (13%) e a intermediação financeira (8,5%)



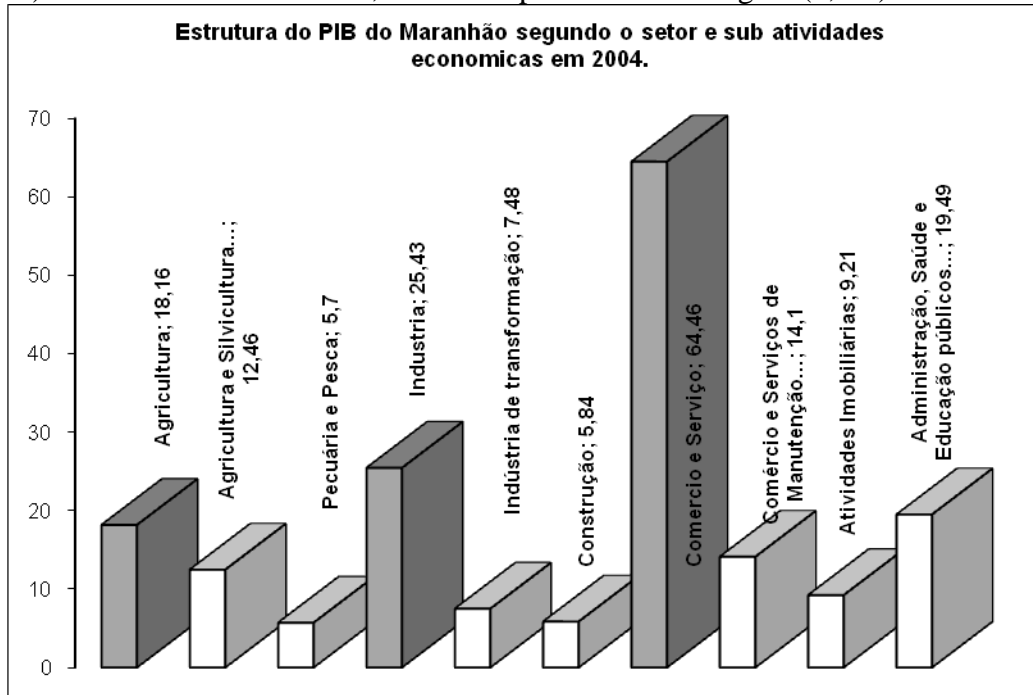
Fonte: IBGE.

Era Carajás (2004)

No setor industrial (17,4%) o destaque é a indústria de transformação (7,5%) e a construção civil (6%)

Na agropecuária (18,2%) a dinâmica é dada pela agricultura temporária (soja) e a silvicultura e exploração vegetal (12,5%) e pecuária e pesca(5,7%).

Nos serviços e Comercio (64,5%) o setor publico ADU (20%),o comercio e serviço (14 %) e atividade imobiliária 9,2 5 e transporte e armazenagem (8,2%).



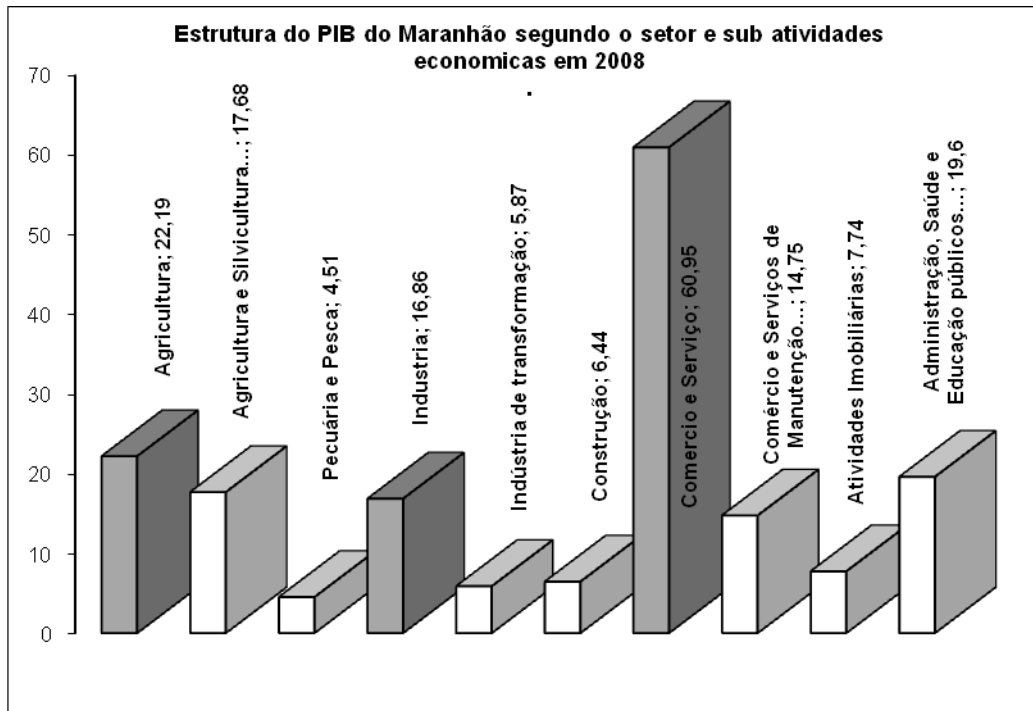
Fonte: IBGE

Era PAC

No setor industrial (16,9%) o destaque é a construção civil (6,5%) e indústria de transformação (6%)

Na agropecuária (22,2%) a dinâmica é dada pela agricultura,temporária a silvicultura e exploração vegetal (17,7%); pecuária e pesca com(4,5%)

Nos serviços e Comercio (60,9%) o setor publico ADU (20%) e o comercio e serviço (15%),atividade imobiliária(8%) e transporte e armazenagem (7%).



Fonte: IBGE.

Observando a distribuição espacial das atividades econômicas em geral nota-se que neste últimos 30 anos houve algumas mudanças,na alocação espacial das empresas, as medias cidades dos anos 80 e a região metropolitana de São Luis capital continua sendo o espaço de localização dos empreendimentos era Carajás , e exceção fica por conta de atividades do grupo da agropecuária (soja e eucalipto) que incorpora novos espaços antes sem expressão econômicas.

Observando a distribuição espacial das atividades econômicas em geral nota-se que neste últimos 30 anos houve algumas mudanças,na alocação espacial das empresas, as medias cidades dos anos 80 e a região metropolitana de São Luis capital continua sendo o espaço de localização dos empreendimentos era Carajás , e exceção fica por conta de atividades do grupo da agropecuária (soja e eucalipto) que incorpora novos espaços antes sem expressão econômicas.

A Indústria continua preferindo a grande São Luis, Santa Inês ,Açailandia e Imperatriz;Caxias; Codó,Porto Franco Timom,Balsa e Pindaré.Na Agropecuária Açailancia ,São Raimundo Das Mangabeiras,Balsa,Barra Do Corda ,Bom Jardim Tasso Frago, Buriticupu,Chapadinha ,Santa Luzia e Grajaú Quanto Aos Serviços e Comercio acompanha a dinâmica destes dois setores. A Região Metropolitana de São Luis,Açailandia,Imperatriz ,Santa Inês,Balsas,Caxias ,Codó e Timom.

5 OS INVESTIMENTOS DO PAC FATOR DETERMINANTE DO CRESCIMENTO LOCAL

Examinado os dados de investimentos públicos e privados (e suas taxas) nos anos 1990 percebe-se que o mesmo foi insuficiente, é inferior aos períodos anteriores (1970 a 1990). Eles se restringiram a projeto específico e sem relevância para alterar substancialmente o nível geral do produto, emprego e renda. O quadro liberalizante da década de 90 levou o investimento privado para atividades mais lucrativas e áreas mais desenvolvidas aprofundando ainda mais esse quadro de precariedade, de crise social, agrária ambiental que hoje prevalece no Maranhão refletido nos seus indicadores dos anos noventa mas que continua na atualidade apesar de melhorias ocorridas.

Como o Maranhão é um Estado extremamente pobre, a ação federal faz toda a diferença, seja na área produtiva ou na transferência de renda, já que a melhoria dos indicadores é função desta atuação maior ou menor. Por outro lado, como o Governo do Maranhão não tem instrumento de curto prazo que possa interferir no crescimento econômico de forma contundente, porque esse depende da política macroeconômica que se adequa ao cenário internacional, resta-lhe, então, fazer intervenções pontuais, como historicamente o faz, para contrabalançar essa ausência de uma política regional efetiva que interfira neste quadro de desigualdade que prevalece há séculos entre regiões e, mais recentemente, em nível intra-regional.

Este quadro quase estacionário está relacionado à incapacidade que os governos locais dos últimos cinquenta anos têm demonstrado à sociedade local na atração de investimentos produtivos. E, o Carajás – indagarão os favorecidos. Respondo com outra questão: o que o mesmo trouxe para o desenvolvimento industrial ou mesmo para a geração de emprego no Estado como um todo? O que fazer, então para alterar a dinâmica econômica desta economia arcaica, colonial, onde o capital mercantil ainda dá as cartas no processo de acumulação (que, portanto, é lento) e o capital produtivo é constituído de mega empresas que, nestes vinte anos de instalação, obtiveram lucros bilionários, mas que, no entanto, não fizeram e nem têm interesse algum em fazer (a não ser exportar matérias-primas e manufaturas elementares) um pólo industrial nos moldes que há em outros locais do Brasil onde mesmas empresas atuam (Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia).

Será que há chance de não se repetir os erros do passado (isto é, da era Carajás) com os investimentos grandiosos do PAC, fala-se de quase 100 bilhões de reais e 2000 mil emprego? E a crise social, ambiental, e agrária que vivenciamos há séculos será finalmente vista e/ou revista?

Partindo da premissa de que a desempenho pós-2005, onde a taxa de crescimento local está acima de 5% ao ano, decorre do crescimento das exportações de commodities e de investimentos públicos, isto é, da ação Federal, e que, o grau de interferência do governo local na manipulação de variáveis determinantes (investimento e secundariamente o consumo e saldo da balanço comercial) não é possível, e, os setores dinâmicos da economia local, representada pela Vale, Alumar, Guseiras, e monoculturas da soja e eucalipto, se articulam a uma lógica mais geral, sobre qual o governo do estado também não interfere e que os demais setores, da não-economia ou a economia mercantil simples *estão* a reboque desta dinâmica comandada pelo andar de cima. A perspectiva de se obter um quadro de desenvolvimento sustentável, não será tarefa fácil, porque o modelo de crescimento é o mesmo, e como tal deverá reproduzir as mazelas já vista com o projeto grande Carajás. Essa gigantesca massa de excedente gerada na sociedade maranhense, como se sabe nunca esteve e nem estará disponível a

essa maioria de sua população, ele foi e será transferido e apropriado por uma minoria que se lixa com a questão ambiental social ou demográfica que se aprofundará sem duvida.

Em outras palavras o modelo de desenvolvimento adotado no passado, vinculados, sobretudo ao mercado externo e baseado em grandes projetos - em enclaves- intensivo de capital (minérios) e extensivo em área (soja eucalipto e pecuária).continua sendo apontado pela elite local como a panacéia dos eternos problemas;desemprego,subdesenvolvimento,exclusão social.O cenário da economia local, que se resume as obras do PAC dominada por empresas e por uma representação política “fantástica” no senado e câmara (federal ,estadual e municipal) , tecnicamente“competente ”eticamente“ compromissada” ,e,constituída por uma alcatéia de indivíduos preocupadíssimos com o destino deste rebanho de quase cidadãos, o que se pode esperar ? Sendo otimista – a reprodução do que vem ocorrendo nas ultimas três décadas, **sendo pessimista** – a potencializarão das crises social,urbana e ambiental

De qualquer forma, a tendência geral ainda é de melhoria das condições de vida da sociedade local, embora de forma desigual, como se constata nos últimos indicadores governamentais relacionados à apropriação da renda e da riqueza. A melhoria deverá ocorrer, entre outras coisas, porque a base de comparação dos atuais indicadores é muito baixa em todos os sentidos, não alcançando sequer a média do Nordeste, que já é ruim!

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve mudanças importantes na economia do maranhão, é inquestionável. Mas também é inquestionável que o excedente gerado, que é o produto deste crescimento econômico não foi apropriado pela população local,uma minoria é quem reteve o mesmo.

Também é verdade que a economia do Maranhão cresceu e cresce acima do Brasil e do Nordeste há duas década, como se sabe a taxa de crescimento do Brasil em torno de 2,5% ao ano neste período é medíocre ,só supera a do Haiti, e como tal cresceu acima da mesma não constitui nada de excepcional.Depois rompe essa barreira chega aos 5% mesmo assim é ridículo se comparados com os 30 anos com taxas em torno de 10% ao ano da China ou mesmo outras com Índia e Rússia.Se o maranhão conseguiu manter uma taxa de 5% ao ano o que não é fácil ,precisará de 14 anos para dobrar seu PIB.Como a renda per capita tem crescido abaixo disso o tempo para duplicar também será mais elástico.

.A expansão da capacidade produtiva, isso é o que importa para crescer, se restringe a alguns setores,com destaque ao de exportação.Esse por sua vez são constituídos por enclaves, que não agrega valor ao bem e sua demanda tem um alto grau de venerabilidade ,é instável,depende do desempenho econômico global ,com destaque para a china.ou seja, manutenção do crescimento local depende do cenário externo.,já que os demais setores dependem destes para crescer ou são constituídos por atividades de baixa produtividade e dominado por empreendimentos informais. Alem disso como os setores dinâmicos da economia são intensivo de capital, agrega pouco valor ao processo produtivo os efeitos para frente e para trás são residuais,que se reflete no nível de emprego qualificado e da produtividade geral da economia

.A variável mais importante que interfere no desempenho da economia ,isto é, que possibilita o aumento da capacidade produtiva é o investimento, no caso do Maranhão,o publico e a transferência de renda , as demais variáveis aqui são secundarias e o governo local dominado que é por essa elite feudal ,mercantil não está

interessado em alterar esse status quo. Quer dizer o crescimento local é função da ação governamental federal ou seja, sem PAC não se vai a lugar nenhum.

O perfil produtivo (com ênfase nos bens intermediários e na monocultura) que emerge destas transformações não dá conta de absorver a população expelida pela crise agrária, ampliando assim a crise urbana e obrigando a implementação de políticas publicas compensatórias que amenizem o quadro de exclusão e de desigualdade social que resultada deste modelo baseado em grandes projetos intensivo de capital e vinculado ao mercado externo.

A insistência governamental (local e federal) neste modelo de megas empreendimentos, já testado e reprovado ao longo da era Carajás tem grande chance de amplificar esses caus. social, ambiental e econômico que vivenciamos contemporaneamente, ele só atende os interesses da minoria formada pela empreiteiras, exportadores de commodities e a elite política que recolhe as migalhas generosas deixadas pelo andar de cima do sistema capitalista que atua localmente.

Enfim a compreensão e/ou apreensão do que ocorreu ou vai ocorrer no desenvolvimento contemporâneo do Maranhão e algures passa fundamentalmente assim imagino , pela aquela idéia de Braudel de examinar a camada superior,(grande capital) aquela menos transparente ,menos explorada e impenetrável de difícil visualização por causa da complexidade das atividades que a constituem.. È nesta “*zones de opacité*” que paira acima do mundo ensolarado da economia de mercado e constitui seu limite superior, por assim dizer, representa o campo privilegiado do capitalismo (...) Sem essa zona o capitalismo é impensável: é nela que reside e prospera. “! (BRAUDEL, 1981,p.24 ;APLUD ARRIGHI,1994,p 25). É portanto nesta andar de cima, “onde o dono do dinheiro encontra-se com dono,não da força de trabalho,mas do poder político” que de desvenda o segredo dos grandes e sistemáticos lucros que permitiram ao capitalismo prosperar e se expandir “indefinidamente”. (ARRAGHI,1994,p,25)

REFERENCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX.,São Paulo.Editora ENESP,1996
- BRAUDEL, Fernand The structures of Everyday Life.nova YORK:Harper & Rom,1981
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Agropecuários do Maranhão**. Rio de Janeiro, 1970, 1995-96,2006
- Contas Regionais do BRASIL (2003-2007)Rio de Janeiro, 2008.
- **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/cartao.asp?func=imp&z=t&o=10&i=P. Acesso em: 01 abril de 2010
- MESQUITA. B. A. Expansão e transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: Ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970/200. São Luis. 2006 tese (doutorado),co-tutelle, Université de la Sorbonne Nouvelle, PARIS 3 /UFMA
- Política Neoliberal e o Impacto na Expansão do Agronegocio na Amazônia Brasileira, in IV colóquio Internacional de la SEPLA ,Buenos Aires, 2008.
- Demanda por alimentos e as conseqüências na Amazônia brasileira :“sucesso” do agronegocio e tragédia do desmatamento. In: 12ª Encuentro de Geógrafos de América Latina; Montevidéo, Uruguay, 2009.

----- A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do estado do Maranhão –1970/2008. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 13., Fortaleza, 2008, Anais...Fortaleza: BNB, 2008.

SUDENE. Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público do Nordeste do Brasil. 1960 – 1995/ Recife. SUDENE 1991

KALECKI, M. Teoria da dinâmica econômica. São Paulo: abril Cultural, 1984.